

POLÍTICAS EDUCACIONAIS:

Desafios e avanços na garantia do acesso e permanência dos discentes, sob a luz da vivência de estágio no IFbaiano (Governador Mangabeira).

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar um recorte da realidade vivenciada por assistentes sociais na educação, a partir de uma análise do Ifbaiano campus de Governador Mangabeira. Levantando os desafios e avanços da atuação profissional e, partindo de uma tentativa em romper com discursos conservadores que tentam limitarem aos embargos da burocracia institucionais. Descrevendo a importância das políticas de permanência qualificada.

Palavras Chaves: Educação, Assistente Social, Desafios, Avanços.

Abstract: This work aims to present an outline of the reality experienced by social workers in education, from an analysis of the Governor Mangabeira Ifbaiano campus. Raising the challenges and advances in professional practice and, from an attempt to limit institutional bureaucracies.

Keywords: Education, Social Work, Challenges, Advances.

I. Introdução:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (Ifbaiano) – Campus Mangabeira localiza-se na Rua Waldemar Mascarenhas, Estrada Velha da Chesf, no Recôncavo da Bahia, no município de Governador Mangabeira. Fundado em 1º de Agosto de 2011, representa um dos reflexos da nova política educacional, previsto pelo Plano Nacional da Educação¹ que prevê a expansão dos centros educacionais de nível técnico e superior, principalmente, para municípios fora dos Eixos metropolitanos. O instituto comportam cursos presenciais e a distância (EADs), apontando hegemonicamente com um perfil estudantil oriundos da classe trabalhadora. O Campus está subordinado a Reitoria que fica localizada no município de Salvador.

A instalação do instituto é de uma grande relevância para as comunidades do Recôncavo baiano para oportunizar aos jovens o acesso a cursos técnicos, geralmente, muito escassos na região. O objetivo desse artigo é levantar o avanço e os desafios propostos à atuação do assistente social na garantia do acesso e

1 Plano Nacional da Educação (PNE), decênio 2011 – 2020.

permanência dos discentes no Ifbaiano, partindo de uma análise da atuação do assistente social nesse espaço sócio ocupacional, levantando as contribuições e desconstruindo certos discursos conservadores da atuação.

A partir de uma análise da atuação do Assistente Social nesse espaço sócio ocupacional, faremos um dialogo com a conjuntura sócio histórica, dando ênfase aos desafios e avanços da inserção do assistente social no sistema educacional, a partir de uma análise do PAISE, no Ifbaiano. O objetivo desse trabalho será de realizar constantemente um “link” que dialogue com a atuação do Assistente Social na educação, percebendo novos horizontes e formas de atuação profissional.

II. Políticas públicas e contexto Neoliberal

As políticas públicas ocupa papel estratégico no capitalismo, principalmente o capitalismo monopolista. O contexto de Welfare State², iniciado pela ideia Keynesiana³ e ao modelo de produção fordista⁴, colocando o Estado como interventor econômico e Social, posicionando em um papel ativo na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Liderado pela Social-democracia, o Welfare State atingiu principalmente os países escandinavos. Segundo Faleiros (2000), teoria do Welfare State é uma forma mais rebuscada de apresentar e consolidar o capitalismo monopolista.

2 Verificar Behring e Boschetti – Política Social: Fundamentos e história

3 Keynes, na sua produção Teoria Geral do Emprego, juro e moeda, tentava achar saídas para a crise. Dessa forma, localizava o Estado como interventor no Mercado, o Estado enquanto Produtor e interventor, mas longe de uma perspectiva da socialização dos meios de produção.

4 Pacto Fordista: Produção em massa para o consumo em massa, acordos coletivos em torno da produtividade do trabalho.

Nesse panorama histórico, formam-se os pilares da acumulação pós 1945, e, nesse cenário, os avanços sociais ocorridos no Welfare State configura fruto das lutas dos movimentos operários, abrindo mão de um projeto mais radical, em favor de conquistas mais imediatas. Através desse debate, são nítidos os dois vieses da política do Welfare State, por um lado um intenso processo de acumulação, e, por outro, o avanço das políticas sociais.

No fim dos anos 1960, o capitalismo maduro começa a entrar em decadência e mostrar sinais de esgotamento. A crise dos “anos de ouro” é provocada pela crise do capital em 1970, com um longo período de estagnação, aliada a crise do Petróleo. Essa crise foi condicionada ao avanço das políticas sociais, através de um discurso conservador. Nesse contexto, ganha terreno as ideias neoliberais, condicionando a queda dos índices de crescimento e as altas taxas de inflação como argumentação a crítica do Estado Social. Predominam a ideia de cortes do orçamento público na garantia da seguridade social, maior foco no Estado para garantir o bom funcionamento do mercado e traços de uma política pública focalizada, restritiva e pautada na miserabilidade.

O Neoliberalismo se mostra como a solução para os problemas econômicos, responsabilizando os avanços sociais pela crise, o novo liberalismo traz um Estado mínimo no social e máximo para o Capital. Nessa realidade, as privatizações, as políticas menos universais e mais focalizadas, e a precariedade nas relações trabalhistas se tornam comum.

Nesse contexto neoliberal, de uma defensiva do mercado, visando à segurança do capital, paralelamente a restrição dos direitos sociais, aumento da insegurança dos trabalhadores em detrimento de maior segurança para o sistema. É nessa conjuntura neoliberal que vamos dialogar com as políticas estudantis (Paise) no Ifbaiano, percebendo a atuação do assistente social, suas limitações, avanços e a importância desse profissional nesse espaço sócio ocupacional, garantindo direitos e na luta por melhorias nas condições educacionais, mesmo em meio às contradições.

III. PAISE⁵ e a importância da atuação do Assistente Social no Ifbaiano (Mangabeira).

As políticas estudantis prevista na Lei de Diretrizes e Bases da educação (Lei nº 9.394/96) determina a possibilidade de bases para o acesso e permanência ao longo do processo educacional. Visa dirimir as desigualdades regionais e trabalha sobre a base da “Cidadania”. Será baseado nas condições objetivas fornecidas pela LDB, que o Plano Nacional de Educação (PNE⁶) inclua o debate da diversidade e promoção da permanência.

A política Nacional de assistência estudantil (PNAES⁷) visa o apoio à permanência de jovens de baixa renda nas instituições federais de ensino superior, com o objetivo de possibilitar a igualdade no acesso e permanência. Através do PNAES, a inserção dos assistentes sociais nesses institutos tem sido de fundamental importância. Esses profissionais ganham destaque nesses espaços sócio ocupacionais, atuando desde a formulação até a execução dessas políticas, garantindo direitos que colaboram para o ingresso e a permanência desses estudantes.

Através da formulação do PNAES, o programa de assistência e inclusão estudantil (PAISE) é construído e consolidado no Ifbaiano. Composto por ações que visam assegurar o ingresso e permanência de jovens oriundos de baixa renda, o PAISE tem colaborado na construção e no combate a evasão escolar. O atual contexto neoliberal, como foi citado anteriormente, afeta, de forma direta, países periféricos como o Brasil. Segundo Faleiros (2000), a crise ganha contornos diferentes, na Europa (Há muito desemprego e pouca proteção social), Estados Unidos (Muita oferta de emprego, mesmo que precarizada) e nos países periféricos (Mínima oferta de emprego e pouca proteção social). De forma direta, as políticas públicas são afetadas, e isso reflete no próprio PAISE. O programa tem sido focalista, excludente, visando a atingir critérios de miserabilidade.

O PAISE é dividido em eixos de auxílios, moradia, transporte, material acadêmico. Esses auxílios visam prioritariamente o combate à evasão escolar, a garantia de acesso e permanência desses estudantes considerados com grande vulnerabilidade social. O Programa é ajustado durante cada ano, garantido ao estudante durante um

6 Decênio 2011-2020, aprovada em 15 de dezembro de 2010.

7 Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e estabelece a Política nacional de assistência estudantil.

ano letivo. Mesmo se tratando de uma política que reflete a conjuntura sócio econômica vivenciada nas políticas afetadas pelo neoliberalismo tem garantido a permanência de diversos jovens junto ao instituto. Diga-se de passagem, os avanços na implementação e implantação das políticas estudantis foram frutos de lutas sociais.

O Ifbaiano ainda conta com o PROADA (Programa de Apoio a Diversidade e Ações Afirmativas), apresenta uma proposta de um ensino inclusivo, apoiando as diversidades com uma série de ações articuladas entre o Assistente Social, Psicólogo e a coordenadora do CGAE (Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando).

A atuação do Assistente Social na educação pauta-se desde a luta até a execução das políticas públicas, do diálogo com a comunidade onde a instituição está inserida, as famílias dos estudantes, dentre outros aspectos fundamentais para o avanço e garantia dos direitos estudantis. É importante ressaltar que é necessário dar respostas às demandas institucionais, logo a posição do Assistente social vai muito além de somente executor de políticas públicas, mas sim, um articulador, formulador e mediador das relações sociais e os reflexos da Questão Social dentro da instituição. Esse papel não é um obstáculo para o Assistente social, diferente da falácia muito comum, de que na teoria a prática é outra, a materialidade da profissão depende de uma formação ético-político, teórico-metodológico, prático-operativo para que se possam garantir, em meio às contradições, as respostas das demandas institucionais e dos Usuários. O profissional do Serviço Social tem as atribuições e a capacidade de materializar sua prática profissional, mesmo estando inserido numa autonomia relativa, como define Marilda Iamamoto, no seu trabalho Serviço Social e Relações Sociais no Brasil.

O Profissional social tem papel fundamental na execução e formulação de políticas públicas no âmbito educacional, haja vista que é um profissional que dispõe de capacidade teórico-metodológica, prático operativo para essa demanda específica. A atuação profissional parte pela mediação do Assistente Social na relação Questão Social, nas suas múltiplas expressões e os impactos no campo educacional. Dessa forma é fundamental a inserção de assistentes sociais em diversos níveis e modalidades de ensinos.

A atuação do assistente social no campus do Ifbaiano Mangabeira tem sido fundamentada na luta e diálogo com a reitoria para garantir o máximo possível dos direitos da maioria desses estudantes, onde, na sua maioria, oriundos da classe trabalhadora, fazem esforços sub-humanos para a permanência no curso. Apesar das precariedades estruturais, a atuação da Assistente Social junto ao PAISE, tem garantido que muitos desses jovens permaneçam no seu curso. A luta do Serviço

Social partindo da realidade no Ifbaiano é muito além da concessão de auxílios, mas sim, por melhores condições de trabalho, por uma educação de qualidade, uma luta que não pode esta pautada no reducionismo de repasse de auxílio, mas sim um trabalho que vise o desenvolvimento escolar, uma luta constante por uma educação de qualidade, uma luta contra o preconceito, seja ele de raça, gênero, dentre outros. A atuação do assistente social no Ifbaiano é de proposta interventiva, indo além do combate a evasão escolar, mas sim buscando incansavelmente por uma intervenção no espelho das expressões da questão social.

A importância da presença do Assistente Social nesses espaços sócio ocupacionais vai além de meramente executores de políticas públicas, trabalham na perspectiva de garantias fundamentais. Diferente de 1930, onde, segundo Carvalho (2008), os assistentes sociais nas instituições como o SENAI e o SESI tinha um caráter controlador (político e ideológico), os trabalhadores sociais inseridos na educação tem o papel de mediar os conflitos sociais, conflitos esses gerados pelas expressões da questão social, pela luta de classe, refletindo em todas as esferas sociais. Mediar não no sentido pejorativo da palavra, essa mediação parte de uma relação intervencionista na realidade posta, garantindo e avançando na luta pela garantia e consolidação dos direitos dos usuários.

IV. Desafios e avanços no trabalho do Assistente Social Junto ao Ifbaiano

Os desafios postos a profissão são inúmeros, no Ifbaiano mangabeira, as limitações estruturais (material humano, econômico, dentre outros) são visíveis no que tange o PAISE. A grande dificuldade no trabalho do assistente social é articular uma política que venha garantir a permanência em épocas de “tudo para o capital”. Dessa forma, um dos desafios do assistente social nesse espaço institucional é saber articular de forma exitosa a relação entre as unidades Teórico- Metodológicas, Prático-operativo, Ético-Político, não se resumindo o seu trabalho somente na seleção e distribuição de auxílios.

Nessa relação chamo atenção para o que Faleiros (1997) já ressaltava para a relação existente entre saber profissional e o poder político. Segundo Faleiros:

“O saber é uma forma de enfrentar desafios da natureza como se contornar ou estimular conflitos, de justificar ou criticar a ordem social, de articular a continuidade ou transformação da sociedade e se coloca no processo de luta de classe e da correlação de forças sociais. O saber é práxis, concepção de mundo em conflito, relativo às relações de classes e forças sociais”. Faleiros(1997)

A partir dessa análise, é necessário que os objetivos profissionais devam ser respeitados, de modo crítico, garantindo melhores condições de vidas aos usuários, mesmo sem distinguir proposta profissional da proposta institucional. O debate entre os espaços de respostas profissionais e institucionais centram-se esse debate da atuação profissional do assistente social na educação. É necessário entender essa relação de forma congruente, chamando atenção para a importância dessa relação contraditória, mas de debate constante.

Nesse contexto, percebemos o caráter da instituição⁸ voltado para a manutenção da ordem social burguesa, da “paz social” evitando-se os conflitos sociais. De certo modo, as instituições assumem papéis como um mediador para promover a “igualdade”, a inserção social, mantendo seu foco a ordem social. A relação entre instituição e profissionais vai variar de acordo com a posição assumida por cada profissional.

A educação, levando em consideração as instituições, é visto enquanto uma relação social, por tanto, em uma sociedade capitalista, necessita ser entendida enquanto resultado de tensões de classe e de elementos que lhe são recorrentes. Logo a educação influencia e é influenciado pela produção e reprodução das relações sociais. Nesse espaço de tensões sociais, espaço que incide diretamente o reflexo da questão social em suas múltiplas faces, a atuação do assistente social tem influenciado diretamente em discussões que garantam o apoio a diversidade, seja ela de qualquer forma, lutando por direito a acesso de serviços básicos através do ambiente escolar, dialogando com toda a rede educacional que não se pode resumir somente a figura do discente e docente, mas articulada com toda a comunidade acadêmica, família dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

É de se ressaltar que, apesar de toda a limitação orçamentária para as políticas públicas, mesmo enfrentando e debatendo sobre a autonomia relativa, a atuação do assistente social nesses espaços sócio ocupacionais é de fundamental importância, garantindo aos indivíduos, mesmo que de forma precarizada, direitos básicos, suscitando de forma crítica a construção de debates de luta estudantil, dentre outras ações fundamentais na luta e avanço educacional.

Os avanços da atuação do profissional de Serviço Social no Ifbaiano, apesar de ser um campus de recente criação, liga-se diretamente a nova forma de diálogo com toda a comunidade acadêmica. O diálogo com CGAE⁹ e a influência do PROADA¹⁰ em consonância com a atuação de assistentes sociais e psicólogo têm garantido avanços

⁸ Instituição segundo Faleiros (1997), em sua obra: Saber profissional e poder institucional.

incontestáveis no ambiente educacional do Ifbaiano como um todo, especificamente, no campo de mangabeira, onde tive a oportunidade de me aproximar. O desenvolvimento acadêmico tem sido pautado na relação da diversidade, atuações que se articulam com todos os centros do Ifbaiano, não se resumindo a relação dos problemas estruturais da instituição ao repasse de auxílios, mas compreendendo a articulação profissional em um processo interdisciplinar.

O diálogo com família dos assistidos em conjunto com ações que articulem estratégias, não se limitando ao papel distributivo de auxílios. Esse é um dos grandes desafios e um papel central para o avanço da atuação profissional no Ifbaiano. O papel do Assistente Social no âmbito educacional, entendendo que as escolas e instituições de formação profissional reflete a vida em sociedade. É através dessa atuação profissional crítica, propositiva, não contenta em esbarrar em objeções postas é que vai garantir uma boa atuação profissional.

V. Conclusão

Ao longo desse trabalho tentei de forma condensada, demonstrar que a atuação do Assistente Social na educação é de fundamental importância para o sistema educacional. No Ifbaiano, por exemplo, apesar de pouco tempo de inserção desses profissionais, mais ou menos 2 anos, tem sido observado avanços no quesito da instrumentalidade dessa atuação. O diálogo, as ações articuladas entre família, visitas domiciliares, o combate contra qualquer forma discriminatória através de diversos instrumentais, tem sido marca significativa nesse instituto. Pensar o Serviço Social para além da distribuição dos auxílios, além da formulação de um edital seletivo e focalizado é fundamental para a profissão. O papel do Serviço Social na consolidação dos auxílios estudantis devem se pautar no diálogo com a comunidade escolar de forma geral, não só com os assistidos pelo programa de permanência qualificada.

Nesse sentido, a inserção do profissional social na educação é de fundamental importância, pois se trata de um campo estratégico. No Ifbaiano, pensar política de

9 Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando.

assistência estudantil é pensar em articulação com toda a rede educacional. Uma articulação entre Assistentes Sociais, Psicólogo e toda a rede acadêmica tendo como importância fundamental atuar nas expressões da questão social que são refletidas no âmbito escolar.

De fato, como todo espaço sócio ocupacional, o instituto conta com uma estrutura precarizada, seja no sentido mão de obra, seja no quesito estrutura física, mas isso não legitima uma atitude de acomodação, o profissional se apropria de mecanismos que possibilitem avançar e não esbarrar nos limites que são postos no campo de atuação. Por tanto, para se obter o sucesso o profissional deve ser propositivo, crítico, buscando sempre estar atualizado.

Dificuldades estruturais atrapalham a atuação profissional no âmbito educacional, inclusive no Ibaiano. Os principais desafios do assistente social é saber conduzir o seu papel profissional, mesmo nesse contexto de defensiva neoliberal, de precarização das políticas públicas e de grande redução nos investimentos sociais. Esse é um desafio a ser enfrentado pelo profissional, mas que não pode ser reduzido a discursos pragmáticos.

Por tanto, pensar numa boa prática profissional é articular o saber profissional em conjunto com o poder político. Ir além de esbarros institucionais de modo propositivo, para se alcançar os direitos da população assistida.

Referências Bibliográficas:

IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional, Capítulo 2. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista, Capítulo 1, 3 e 4. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64.
São Paulo: Cortez, 1991.